

Já em clima de sucessão, docentes realizaram o 19º Congresso Nacional da Andes-SN, de 21 a 26 de fevereiro, em Juiz de Fora (MG). Mais uma vez, o debate sobre autonomia dividiu o encontro. A maioria dos delegados decidiu que a Andes não deve apresentar à sociedade o projeto de regulamentação das universidades autônomas elaborado pela atual diretoria. Para o presidente da entidade, porém, a decisão do Congresso não deve ser vista como uma camisa-de-força.

Páginas 8 e 9

Prêmio Fapergs

Pesquisadores nota dez

Dos 13 cientistas destacados com o prêmio Fapergs de 1999, dez são da Ufrgs. Análise de sistemas caóticos, memória e tratamento de efluentes líquidos estão entre os trabalhos premiados

Páginas 6 e 7



Detalhe de obra de Diego Rivera

Elementos para reflexão

O movimento dos professores do Estado tem a nossa solidariedade porque além das justas reivindicações, chama a atenção da sociedade para a importância de se dar um tratamento prioritário à educação.

Permitam, no entanto, nossos colegas e companheiros de luta que, de forma fraternal, tragamos alguns elementos de reflexão sobre a situação de nosso Estado.

Nós, professores, por dever de ofício, devemos tratar com rigor os problemas nos quais estamos envolvidos em toda a sua complexidade.

Parece-nos que a nossa ação política deve se direcionar para o conjunto dos Três Poderes, uma vez que a resolução do problema financeiro, que está na base das dificuldades para atender nossas reivindicações envolve-os a todos.

Ao Executivo, cabe reforçar a ação de cobrança dos tributos e a fiscalização que permitam o aumento da receita e o planejamento eficaz dos gastos públicos, atendendo às prioridades do Orçamento Participativo, entre as quais está a educação.

Ao Judiciário, cabe agilizar a cobrança da dívida ativa. Só no ano de 1999 foram encaminhadas à Justiça a cobrança de R\$ 770 milhões que, se realizada, permitiria ampliar significativamente o percentual de reajuste proposto.

Ao Legislativo, caberia legislar

sobre a limitação dos altos salários que consomem de forma injusta os poucos recursos do Estado e de forma emergencial alterar alíquotas sobre supérfluos, como o fumo, por exemplo. Em algumas circunstâncias, numa correlação de forças dada, devemos arbitrar sobre soluções que não são as que gostaríamos, como aumentar impostos sobre consumo, mesmo que seja sobre bens e serviços supérfluos, para poder atender áreas prioritárias como educação e saúde.

Caberia, ainda, à maioria dos deputados que pertencem à base política do governo federal gerenciar junto a este para reduzir o comprometimento da receita do Estado com o pagamento da dívida com a União e para encaminhar o fim da guerra fiscal entre os Estados da Federação que provoca ampla erosão em suas receitas.

Nós, servidores federais em geral e professores universitários em particular, que também estamos submetidos ao arrocho salarial, nos somamos aos nossos colegas do magistério estadual para afirmar a importância da educação para o desenvolvimento econômico e social do nosso país. Temos a certeza que neste justo movimento, nossos colegas saberão atribuir as responsabilidades e as conseqüentes cobranças a quem de direito, procurando encaminhar o movimento para um desfecho que todos os envolvidos realizem seus objetivos.

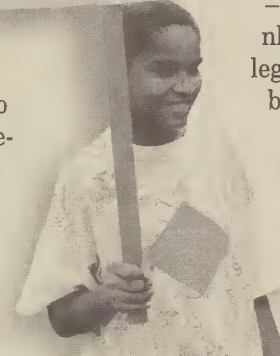
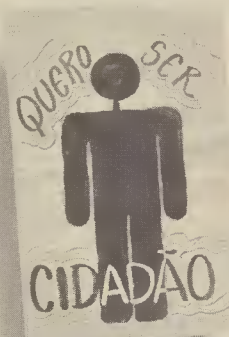
“A resolução do problema financeiro, que esta na base das dificuldades para atender nossas reivindicações envolve os Três Poderes”

Sono intranquilo

De acordo com levantamento da Anistia Internacional, cerca de 170 mil presos comuns estão encarcerados em mais de 500 presídios e milhares de delegacias de polícia e prisões municipais no Brasil. Todos os anos, a violência da polícia e dos agentes penitenciários, a falta de assistência médica e a negligência das autoridades são responsáveis por dezenas de mortes. A maioria não é investigada nem documentada, conclui o relatório “Brasil: Aqui nadie duerme tranquilo” (1999, 80 páginas), que faz uma radiografia da violação dos direitos humanos em prisões brasileiras.

Violência sem causa

Em um artigo publicado na edição de fevereiro-março de 2000 da revista da Anistia Internacional para os países de língua espanhola, a irlandesa Catherine Halvey, que atua há dez anos no Brasil, critica a omissão do governo federal e pede apoio internacional à luta em defesa dos direitos humanos no Amazonas. “Ao falar da violência em Manaus, não estamos falando de idealistas alçados em armas por alguma causa política. A violência é exercida por autênticos criminosos”, relata. A violência maior, segundo ela, é praticada pelas “galeras”, pequenos bandos de jovens que se comportam de forma selvagem, e que matam pessoas nos finais de semana. “Frequentemente, estão vinculados a policiais corruptos, para quem fazem o trabalho sujo. No fim, quando se buscam responsáveis, as galeras são usadas como ‘bode-expiatório’ e ninguém vê os verdadeiros culpados”.



Ibanes Lemos

Status de cidadania

Cidadania é um conjunto de direitos civis, políticos e sociais obtidos ao longo da história, a partir de conflitos, de contradições e lutas das classes subalternas para ampliá-los. A definição é do sociólogo e professor da Ufrgs Luciano Fedozzi, autor da tese de mestrado “Orçamento Participativo – Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre”, publicada pela Tomo Editorial. Em entrevista à Revista Sul (jan/abr. 2000, nº 1), editada pela banca do PT na Assembléia Legislativa, Fedozzi disse ter investigado até que ponto o OP promove as condições necessárias à cidadania moderna, “uma vez que evidenciamos esta premissa no discurso de diversos atores sociais”. Na avaliação dele, a sociedade brasileira foi incapaz de gerar o status de cidadania, mas em Porto Alegre “são as camadas populares – historicamente excluídas do desenvolvimento urbano – que estão sendo reconhecidas como sujeitos legítimos de decisão pública”. Embora reconhecendo os “limites, contradições e imperfeições” da experiência iniciada há dez anos na capital gaúcha, Fedozzi destaca que o OP mostra como é possível “estabelecer uma gestão pública promotora das condições básicas da cidadania”.

GED

Na quinta-feira, dia 24, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, telefonou para a Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), onde realizava-se o 19º Congresso da Andes-SN. A ligação tinha caráter oficial, conforme esclareceu o ministro. Motivo: comunicar ao presidente da entidade, Renato de Oliveira, que a remuneração dos professores de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) seria instituída por meio de Medida Provisória (MP) de efeito imediato, com a criação da “Gratificação de Incentivo à Docência”, retroativa a janeiro. O ministro assumiu o compromisso de encaminhar à Andes o conteúdo da medida antes de sua publicação.

Senadores aprovam PEC da DRU

Apesar do alerta dos senadores de oposição, o plenário do Senado aprovou na sessão do dia 23 de fevereiro, por 59 votos favoráveis e 13 contrários, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 4/2000 que desvincula 20% dos recursos orçamentários da União. Com o argumento de que esses recursos poderão ser aplicados em programas sociais, o governo terá à disposição R\$ 45 bilhões para utilizar sem qualquer controle por parte da sociedade. Os representantes da oposição acham mais provável que essa receita também acabe revertendo para o pagamento da dívida externa e para o financiamento das demandas eleitorais.

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrgio;
1º Secretária: Regina Witt;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: http://www.adufrgs.org.br

Publicação quinzenal
Impressa em papel Ecograph 75 gramas
Tiragem: 5.500 exemplares
Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda.

Produção e Edição: Veraz Comunicação Ltda.
Jornalistas responsáveis: Zaira Machado (RJP 7812) Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)
Reportagem: Jéferson Assunção, Marco Aurélio Weissheimer e Vanessa Martins
Fotografias: Fabrícia Osanai
Ilustrações: Mario Guerreiro
Diagramação: Fabrícia Osanai

AVALIAÇÃO DO MEC

Fabico contesta nota mínima

A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) recebeu nota mínima para o curso de Jornalismo na Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação realizada pelo Ministério da Educação (MEC). Dos três itens pesquisados – qualificação do corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações –, dois receberam conceito insuficiente, colocando o curso da Ufrgs como o quarto pior do Estado.

A chefe do Departamento de Comunicação (Decom) da Fabico, Márcia Machado, considera a conclusão injusta e contraditória. “Como um aluno que recebe conceito “A” no provão do MEC pode ter um curso cujo currículo é insuficiente?”, questiona. Ela concorda, porém, que as instalações são inapropriadas. “O espaço físico é precário e os equipamentos estão muito defasados e insuficientes para todos os alunos”.

O currículo também foi rejeitado pelo MEC por apenas dois pontos bastante questionáveis. Um deles, por exemplo, se refere à análise da “relação teoria-prática da disciplina” que, de acordo com a professora Márcia Machado, é uma questão muito subjetiva e que não deixa claro quais os critérios utilizados pelos avaliadores. “Há problemas no currículo, mas que não chegam a torná-lo insuficiente”, defende a professora que garante mudança da grade curricular para o ano que vem.

O resultado, entretanto, não chega a surpreender a chefe do Decom, que atribui as deficiências à política de contenção de verbas do MEC. A Ufrgs vai enviar um novo projeto ao Minis-

tério solicitando a atualização dos equipamentos. Em 96 a Universidade já havia feito um pedido de compras, mas nunca foi atendida.

A coordenadora do Jornalismo da Ufrgs, Virgínia Fonseca, concorda que “existem muitos pontos da avaliação que são controversos e que remetem a problemas no instrumento utilizado”. A professora é favorável às mudanças: “tanto que, desde o ano passado, já vínhamos tentando ampliar a discussão em torno de um novo currículo, que deverá se adequar à nova realidade. Queremos definir, primeiramente, qual o profissional que vamos formar”. Virgínia garantiu ainda que as discussões terão a participação de professores, alunos, pesquisadores e de todos os interessados. Sobre o conceito insuficiente do item “instalações”, Virgínia Fonseca afirma: “é um problema muito mais do MEC do que falta de vontade ou capacidade do curso de Jornalismo”.



Fabico: Instalações inapropriadas e equipamentos defasados são consequência da falta de recursos, alega a chefe do Departamento de Comunicação, Márcia Machado

Ministro da Educação diz que Ufrgs não vive uma situação de miséria

Em artigo publicado na Folha de São Paulo (02/03/2000), o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, refutou as críticas de que o governo federal estaria sucateando a universidade pública e favorecendo a rede particular de ensino superior, reforçadas pelo anúncio de um programa de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as universidades privadas. O ministro recorreu às estatísticas para sustentar sua posição. Segundo ele, os recursos aplicados no sistema público federal de ensino superior cresceram 28% no governo do presidente FHC.

Com um arsenal de cifrões e es-

tatísticas, o ministro tentou mostrar que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) não enfrenta os problemas financeiros que alega a sua direção. Para ele, “os fatos contradizem a adjetivação dramática”. E citou mais números para sustentar que a Ufrgs não vive uma situação de miséria. “Neste governo, a Ufrgs foi beneficiada com um expressivo volume de recursos para custeio, da ordem de R\$ 175 milhões, excluídas despesas com pessoal. Um montante total que evoluiu de R\$ 27,6 milhões em 95 para R\$ 46 milhões em 99”. Disse ainda que “a receita própria da Ufrgs também cresceu, de R\$ 6,7 milhões para R\$ 12,3 milhões”. Além disso,

foram aplicados R\$ 118 milhões só em investimentos. A quantidade de doutores na instituição passou de 34% para perto de 50%. A pós-graduação teve expansão importante, especialmente nos programas de doutorado, cuja matrícula duplicou de 95 a 98. Todos estes argumentos, concluiu Paulo Renato, comprovaram que o governo federal não está, em hipótese alguma, privilegiando instituições privadas em detrimento das públicas”. Para provar que o ministro está errado, a reitoria da Ufrgs já prepara um dossiê mostrando que a realidade da instituição é muito menos cor-de-rosa do que faz crer a versão oficial.

Por sua vez, o presidente da An-

des-SN, Renato de Oliveira, acredita que a posição do ministro revela a disposição do MEC em investir no ensino superior privado. Lembra que quando o ministro Paulo Renato esteve no Rio Grande do Sul, semanas atrás, para a assinatura de convênio com universidades privadas do Estado, ele defendeu com ênfase a política de financiamento público para o ensino superior privado. “O ministro esteve na Unisinos, celebrando um convênio com universidades privadas e declarou que, apesar das críticas oriundas de vários setores da comunidade acadêmica, o MEC estaria disposto a demonstrar a possibilidade de fazer um ensino privado de qualidade”.

DUPLA FACE

Na largada da disputa pela sucessão, os candidatos à presidência da Andes-SN confirmam a questão da autonomia como principal ponto de divergência entre os docentes

Milton Muniz / Presidente da APUFSC

Andes para uma nova Universidade

Fotos Marco Weissheimer



A nossa *Chapa 1 - Andes para uma nova Universidade*, em seu manifesto, considera que um espectro ronda a Universidade: o da Autonomia. Queremos que ela não seja apenas um espectro, mas se torne realidade. Para alguns, no entanto, a Autonomia Universitária se realizará como liberdade empresarial de seus dirigentes; para outros, a luta pela Autonomia tem uma única função: contribuir para a luta final contra o Capitalismo Globalizado, dos quais discordamos.

Autonomia Universitária é a expressão da sua missão pública de preservação, formulação e difusão do conhecimento e do saber. A Autonomia não se confunde com Soberania. Ela é constitucional. Seus limites enfeixam o poder de autonormação, auto-organização e autogestão. O estatuto da universidade autônoma deverá garantir condições adequadas de trabalho, carreira e remuneração dignas para os professores, liberdade de representação de seus dirigentes, independência técnica e profissional de seus procuradores jurídicos frente ao Estado, poder de escolha dos dirigentes pelas comunidades universitárias, responsabilidade dos poderes públicos pela manutenção das universidades públicas, meios para sua expansão, participação da sociedade em sua gestão. Em síntese, são os elementos do Sistema Nacional de Universidades Autônomas proposto pela atual diretoria

da Andes, com o qual concordamos.

O que queremos fazer

Nosso horizonte estratégico é a construção de um Sistema Nacional de Universidades Autônomas, nacionalmente articulado, com estatuto próprio, garantindo as prerrogativas de Autonomia para o conjunto de suas instituições.

Algumas consignas específicas devem orientar nossa ação neste sentido: lutar pela ampliação dos recursos destinados ao ensino superior público; lutar pela preservação do regime de

Autonomia: expressão da missão pública das universidades de preservar, formular e difundir o conhecimento e o saber

serviço público para a profissão docente; garantir isonomia salarial entre os professores das Ifes; garantir paridade de salários entre professores da ativa e aposentados; definir patamares adequados de salários e planos de carreira para os professores das instituições estaduais e municipais; lutar por condições de trabalho compatíveis com a nossa profissão nas instituições privadas de ensino superior; manter como horizonte estratégico a formulação de um Plano

Único de Carreira Docente; discutir a definição de um modelo jurídico único para as universidades brasileiras; definir um novo modelo de gestão universitária; preservar o estatuto dos Centros Federais de Educação Tecnológica; defender uma política nacional para o setor, articulada com o ensino universitário e com uma política de desenvolvimento tecnológico; lutar pela integração dos docentes de primeiro e segundo graus das instituições de ensino superior nas respectivas carreiras de ensino superior; lutar pela instituição de mecanismos públicos de controle sobre o ensino superior privado; buscar apoio da comunidade científica e atuar nos espaços institucionais, fortalecendo o debate nacional sobre uma Política em Ciência e Tecnologia.

Estas consignas pressupõem uma profunda reformulação nos mecanismos internos de participação e deliberação da Andes. A incorporação das modernas tecnologias informacionais, ampliando as formas de participação do maior número possível de professores nos debates internos e nos processos de decisões do sindicato. Agilizar seus mecanismos de deliberação, incluindo seus fóruns nacionais.

Será com esta disposição, e com seu apoio e participação, que manteremos a Nova Andes para lutarmos pela Nova Universidade Brasileira.

Roberto Leheer / 1º Secretário da ADUFRJ

Andes autônoma e democrática

As propostas da *Chapa 2 - Andes Autônoma e Democrática* estão centradas na defesa da Universidade pública e democrática e no combate às políticas do governo federal, que visam à sua destruição.

Nossos objetivos imediatos são os do conjunto dos docentes: 1) Implantação da nova carreira docente, que valoriza a trajetória acadêmica dos professores - inclusive os de início de carreira e os adjuntos, hoje sem perspectivas de progressão funcional - e inclui os docentes da carreira de 1º e 2º graus; 2) Recomposição salarial nos três setores: particular, estadual e federal. Neste último caso, os docentes estão há mais de cinco anos sem qualquer reajuste, como os demais servidores. Retomaremos prioritariamente as lutas unificadas por salário; 3) Ampliação das verbas para as universidades públicas para recuperação de sua infra-estrutura; 4) A realização de concursos para repor vagas e ampliar o quadro docente, permitindo a expansão do sistema; 5) A dignidade do trabalho docente, contra a precarização do trabalho, especialmente no setor das particulares, onde as condições de trabalho dos professores são particularmente ruins; 6) Defesa da previdência social e das conquistas sociais, aí incluída a autonomia das universidades, nos termos da Constituição, e dos direitos dos aposentados.

A auto-aplicabilidade da autonomia universitária (art. 207 da Constituição Federal) foi referendada pelo recente 19º Congresso do An-

des-SN: a chapa 2 propõe simplesmente que sejam implementadas, de modo consequente, as decisões adotadas democraticamente por nossos fóruns. A luta pela realização de nossos objetivos não poderá jamais ser desvinculada do embate da defesa dos princípios que, até a posse da atual diretoria do Andes-SN, haviam caracterizado a atuação do movimento docente, e que hoje se impõe recuperar. É, sobretudo, necessário restaurar a democracia interna e impedir que o sindicato se torne presa de práticas burocráticas. Isso exige o mais absoluto respeito às instâncias deliberativas e às decisões de base. Da

Ainda podemos reviver o combate ao modelo liberal conservador de educação superior

mesma forma, é fundamental que se mantenha a independência do Andes-SN em relação às diversas esferas do poder institucionalizado, do MEC às administrações universitárias. Não o faremos através de acordos de cúpula, mas da mobilização da categoria, sem a qual todo processo de negociação nada mais é do que cooptação de liderança. Assumimos nosso irrestrito compromisso com a defesa da auto-aplicabilidade do dispositivo constitucional da autonomia universitária, rejeitamos qualquer tratativa de gabinete visando a regulá-lo através de lei com-

plementar ou ordinária, cujo resultado não seria outro que o aprofundamento da implantação da política universitária do atual governo.

Numa época em que o processo de privatização se expande no interior mesmo das universidades públicas, para finalmente ameaçar-lhes a própria sobrevivência, é imprescindível resgatar nossa capacidade de enfrentamento. Lembremos que, até passado recente, o Brasil foi, graças à nossa luta, um país onde se resistiu melhor do que em outras sociedades periféricas ao avanço do modelo liberal-conservador de educação superior gerado pelo Banco Mundial. Esse combate ainda pode ser revivido. Vamos empreendê-lo.

A luta pela universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade não é um objetivo apenas da comunidade universitária, mas um interesse do povo e da nação brasileira como um todo. A GED (e políticas de cunho semelhante implantadas nas universidades estaduais) não é senão a parte que nos toca das políticas de flexibilização postas em prática em outros setores da atividade pública e privada.

Reafirmamos nosso compromisso de luta junto ao funcionalismo público federal e estadual, e ao conjunto dos trabalhadores brasileiros. Preservar a universidade pública e de qualidade não é defender interesse corporativo: é defender um dos pilares básicos de um desenvolvimento econômico e social justo e igualitário para o povo de nosso país.

IMPOSTOS

Reforma não garante justiça tributária

Os mais graves problemas brasileiros precisam apenas de vontade política para serem resolvidos, de um governo que se importe em melhorar as condições de vida da população, não só em manter os privilégios de famílias e grupos poderosos. Desemprego, fome, falta de assistência à saúde e de acesso à educação têm todos uma mesma raiz – um modelo econômico essencialmente concentrador de renda – que poderia ser extirpada com medidas até certo ponto bastante simples. Isso é o que pensa o economista gaúcho Luiz Augusto Estrella Faria, acompanhado de outros especialistas no assunto.

Conforme eles, o Brasil não passou pelas três reformas básicas – tributária, agrária e social – feitas em países mais ricos e, por isso, amarga índices violentos de desemprego e outros graves problemas sociais. Há séculos que outros países deram à maioria acesso a direitos fundamentais. Foi assim na França, depois de 1789, na Revolução Francesa. Foi assim nos EUA, durante a corrida para o Oeste, em que os europeus retalharam as terras dos índios. “Foi assim na Alemanha, na Bélgica, Espanha, Portugal, enfim”, diz Faria. Para ele, sem distribuição de renda a economia no Brasil não tem como se recuperar de um século de atraso, em que até mesmo doenças como dengue,

meningite, cólera e malária voltaram.

O Japão e a Coreia são exemplos de países que conseguiram evoluir depois de distribuírem suas terras e de passarem por reformas abrangentes. “Na década de 50, eles promoveram uma ampla reforma agrária, além de uma reforma fiscal, em que os donos de grandes extensões de terras passaram a pagar impostos”, afirma Faria, lembrando que essas reformas já foram tentadas no Brasil: uma vez por Getúlio Vargas, outra por João Goulart. “Por

impostos, enquanto que quem recebia dez salários mínimos pagava apenas 10%. E quanto mais para cima, menor a proporção. Hoje a contradição é ainda maior.

É exatamente o contrário do que ocorre nos Estados Unidos, país onde a tributação é progressiva, ou seja: quem tem mais, paga mais. “Lá, metade de uma herança, por exemplo, fica para o Estado. Não fica para o herdeiro”. Também são altos os impostos territoriais rurais e urbanos. É feroz também o leão americano, símbolo de um Imposto de Renda que morde com muita força aqueles que têm mais.

“No Brasil, não. O imposto cai sobre o consumo, não sobre a poupança. As empresas acabam repassando IR, IPI, contribuições com previdência, encargos trabalhistas, aos consumidores”, aponta, acrescentando que hoje esses impostos representam a maior fonte de renda do Estado. Outro fator de desequilíbrio: o setor financeiro tem muitos incentivos fiscais, escapando de obrigações com o Estado. “Quem acaba pagando são os mais pobres, que não conseguem poupar. Eles consomem todo o mês 100% do que recebem”.

coincidência os dois caíram”, comenta.

Passos para trás

Estamos na contramão da história. Enquanto que em países ricos da Europa e nos Estados Unidos quem tem mais paga mais imposto, no Brasil quem acaba prejudicado é quem recebe menos. “Nossa carga tributária é regressiva, ou seja: são mais impostos indiretos do que diretos, em que os mais pobres arcam com as despesas”, explica o economista. Ele exemplifica: na década de 80 quem recebia um salário mínimo pagava 30% dele em

Mudanças radicais

A discussão atual coloca de um lado o governo federal, acenando com discretas propostas, e, de outro, setores mais populares aguardando mudanças radicais no sistema de arrecadação. O Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, quer alterações profundas na tributação.

Abaixo, algumas das propostas petistas.

- Convênio entre União e municípios interessados, para que passem a cobrar o Imposto Territorial Rural (ITR).
- Progressividade em relação ao valor do imóvel e progressividade no tempo para o ITR e para o IPTU. A medida asseguraria a progressividade na cobrança de todos os outros impostos patrimoniais.
- Imposto de Renda Negativo. Incidiria sobre o contribuinte que recebe menos de três salários mínimos. Compensaria os setores de baixa renda.
- Combate a tendências paternalistas, com relação ao ICMS, tratando de regras de repartição do ICMS entre os municípios. O atual critério privilegia o valor adicionado em detrimento do critério populacional, o que determina forte concentração da renda. Super-contribuintes (portos, aeroportos, refinarias, siderúrgicas) ficam de um lado e, de outro, as cidades-dormitório e municípios agrícolas. Um exemplo: as cidades de Triunfo, por sediar o Pólo Petroquímico, e Canoas, onde fica a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), acabam se beneficiando sozinhas de grande parte do ICMS dessas superempresas.
- Imposto sobre Grandes Fortunas.
- Imposto sobre heranças, estabelecendo alíquotas mínimas e máximas.
- Imposto de solidariedade. Seria cobrado uma única vez, em quatro parcelas anuais, sem restituição, com uma alíquota de 10% sobre o patrimônio líquido global das famílias e grupos econômicos detentores de patrimônio líquido superior a R\$ 100 milhões. O imposto exigiria uma contribuição maior dos milionários e baseia-se numa proposta formulada pelo economista Reinaldo Gonçalves de um imposto único sobre a riqueza. Esta medida já foi adotada em outros países como a Bélgica, Alemanha e França e atendeu conjunturas críticas e emergenciais.

Sem solução: Para o economista Luiz Augusto Estrella Faria, a reforma tributária proposta pelo governo federal não toca em pontos decisivos do problema. “O governo está mostrando que aceita a estrutura tributária atual, só quer redistribuir impostos, sem mudar nada radicalmente”.



Ibanes Lemos

Falta gestão administrativa

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Rio Grande do Sul (Sindaf), Marcos Bósio, considera urgente repensar a forma de financiamento do Estado, promovendo uma mudança profunda no setor. “O que o governo pretende é uma reforma consitucional, mas, no Brasil, rico não paga imposto não por falta na Constituição, e sim por formas de administração”. Para ele, com gestão administrativa se resolveria o problema.

Um exemplo disso seria a “falta de vontade política” para solucionar a questão da guerra fiscal entre os Estados. “Isso deve ser tratado por lei de iniciativa do Senado, que não toma uma atitude”. A reforma proposta pelo governo federal não estaria observando as questões mais importantes. “Fica só no ICMS. Não pega Imposto de Renda, nem Imposto Territorial Rural (ITR), a questão dos latifúndios, e assim por diante. As principais distorções não serão tocadas”, lamenta.

Mário Guerreiro



PESQUISA

A última edição do prêmio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), em 1999, demonstra o quanto a área de pesquisa tem crescido na Ufrgs nestes últimos anos. De 1995 para 1997, a instituição teve um incremento de 65% no número de pesquisadores desenvolvendo os mais diversos projetos. Este número, aliado a uma série de fatores, como a qualidade da pós-graduação e um trabalho paralelo em todas as áreas do conhecimento, coloca a universidade gaúcha em segundo lugar entre as federais de todo o Brasil em termos de pesquisa.

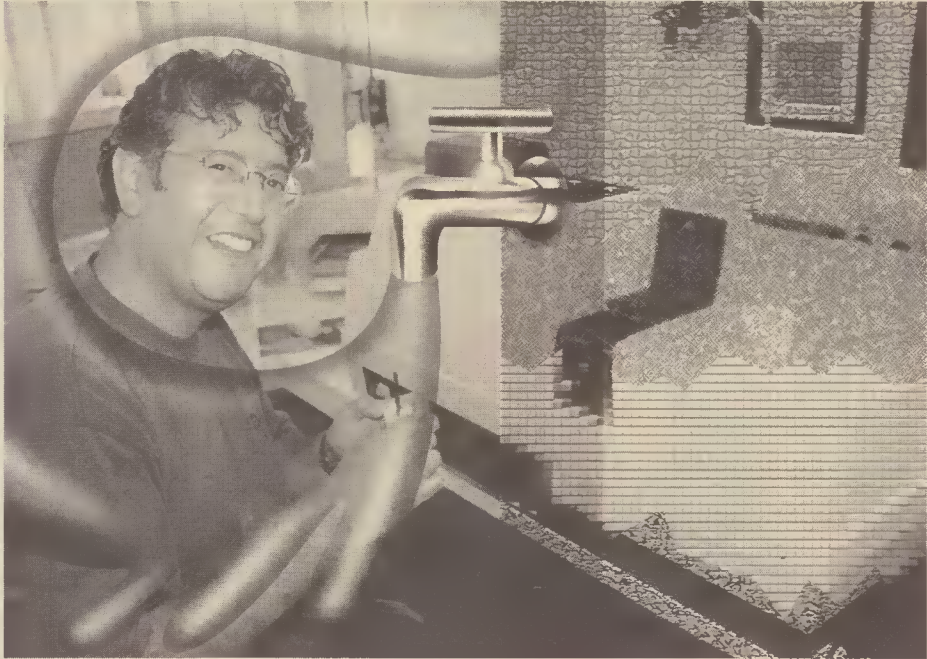
Jéferson Assunção

Uma fábrica de soluções

O chileno Jorge Rubio, 51 anos, comemora o prêmio Fapergs como o reconhecimento a um trabalho iniciado há 20 anos. Foi em 1979 que ele chegou dos Estados Unidos para montar o Laboratório de Tecnologia Mineral e Estudos Ambientais da Ufrgs. Ele e sua equipe desenvolveram o Tratamento de Efluentes Líquidos Residuais, com o objetivo de tratar efluentes removendo colóides, ultrafinos de minérios, íons e metais pesados, óleos emulsificados, solventes etc. “É importante para limpar locais como as plataformas de petróleo”, fala Rubio. Por causa disso, a pesquisa está sendo feita com apoio da Petrobras. Rubio estudou nas plataformas técnicas e tecnologias para serem aplicadas na remoção de óleos. “A vantagem é a eficiência de remoção e a velocidade de processo”, explica.

Os resultados do trabalho estão sendo aplicados também no tratamento de

águas usadas na lavagem de veículos na garagem da empresa de ônibus Carris. Um contrato entre a empresa e o laboratório foi assinado em dezembro do ano passado, num primeiro passo que Rúbio pretende estender à Varig e a outras empresas que necessitem do trabalho. Para o pesquisador, com boa vontade dos empresários, há soluções baratas e eficientes para qualquer problema na área. Este ano, o laboratório tem por objetivo tornar-se referência na área de processos alternativos de tratamento de efluentes e de finos de minérios. Por exemplo: Rubio descobriu que algumas plantas aquáticas do Estado (macrófitos), depois de secas, podem ser utilizadas para absorção de óleos, corantes e metais pesados dissolvidos em águas e efluentes. “Esses biomateriais, abundantes no Rio Grande do Sul, podem substituir absorventes tradicionais, mais caros e muitas vezes importados”.



Pesquisadores da Ufrgs faturam 70% do Prêmio Fapergs

Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) são a grande maioria dos destaques 1999 do prêmio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Dos 13 projetos premiados, nove são de professores da universidade, 50% a mais do que em 1998. Para a vice-pró-reitora de pesquisa, Marinha Aranha Rocha, este resultado reflete um trabalho intenso e equilibrado de pesquisa em todos os campos do conhecimento, e a qualidade da pós-graduação. Atualmente, 355 grupos, envolvendo 1.508 pesquisadores, atuam na instituição. Entre 1995 e 1997, quando foi feita a última atualização pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) o aumento no número de pesquisadores na universidade foi de 65%. O próximo levantamento acontece na segunda quinzena de março e, se a previsão da vice-pró-reitora estiver correta, deverá revelar um crescimento ainda maior. Em termos de pesquisa, a Ufrgs só perde para a Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ), entre as federais. São 1.758 projetos desenvolvidos em 770 laboratórios, perfazendo 663 linhas de pesquisa, o que torna a Ufrgs uma referência em pesquisa. Desde o início da catalogação em 1988, o sistema da universidade já registra 61 mil trabalhos produzidos na instituição. Toda esta expansão se deve, conforme Marinha, a um bom corpo docente, que está se qualificando a cada ano. São 44 cursos de doutorado e 64 de mestrado, envolvendo 3.105 alunos de mestrado e 1.402 de doutorado. “A universidade tem hoje seu maior percentual de doutores e mestres”, diz Marinha. Segundo ela, cerca de 80% dos docentes têm pós-graduação. Mesmo assim, freqüentemente os pesquisadores esbarram na dificuldade de conseguir financiamento para as suas pesquisas. Os recursos provenientes, por exemplo, do Programa de Apoio a Grupos de Excelência (Pronex) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(PADCT) são cada vez mais escassos. Já o CNPq, desde 1996, não libera recursos para pesquisa, apenas para bolsas. “A expectativa é de que se retome a regularidade”, fala Marinha. Além das agências, a Ufrgs mantém parcerias e convênios com empresas e outros órgãos, que possibilitam a continuidade das atividades.

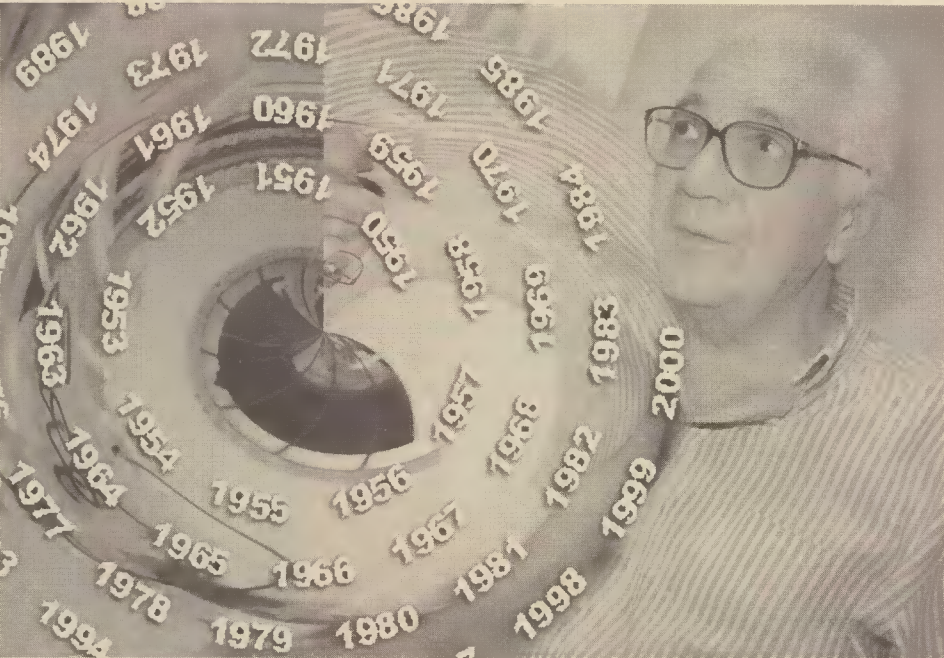
Incentivos

A edição de 1999 foi a segunda do prêmio Fapergs e a entrega de prêmios – um troféu e uma viagem com estadia para qualquer evento de interesse do pesquisador em todo o mundo – aconteceu na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), no dia 24 de novembro. O objetivo da distinção, conforme o assessor da presidência da Fiergs, Alejandro Arandia, é incentivar a ciência e a tecnologia além de formar recursos humanos na área de pesquisa para a sociedade gaúcha. Neste ano, o prêmio segue o modelo do ano passado, com inscrições a partir de 24 de setembro.

PESQUISADOR/ÁREA	LINHAS DE PESQUISA
UFRGS	
Carlos Eduardo Dias Comas Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura Brasileira nos Séculos XIX e XX; Princípios e paradigmas de projeto da Arquitetura Brasileira
Icléia Maria Borsa Cattani Artes e Letras	Análise Formal da Obra de Arte; Arte Como Linguagem
Ivan Antonio Izquierdo Ciências Biológicas	Bioquímica e farmacologia da memória; Efeitos Comportamentais e bioquímicos do estresse clínico; Mecanismos da Memória; Plasticidade Celular e Comportamental
Sandra Jatahy Pesavento Ciências Humanas e Sociais	Cidadania e Exclusão; Sistemas Simbólicos, Representações e Práticas
José Cláudio Del Pino Educação e Psicologia	Educação Química
Jorge Rubio Engenharia	Processamento de Recursos Minerais; Estudos Ambientais; Bioprocessamento Mineral e Ambiental; Físico-química de Superfícies Aplicada; Beneficiamento; Metalurgia Extrativa e Tecnologia Mineral; Tratamento de Efluentes Líquidos Industriais
Eduardo Luiz Damiani Bica Física e Astronomia	Astrofísica; Interação e Formação de Galáxias; Meio Interestelar; Nuvens de Magalhães; População e Formação estelar e Galáxias; Via Láctea: regiões HIII e Aglomerados
Lauro Valentim Stoll Nardi Geociências	Geoquímica Básica e Química Mineral; Geoquímica e Petrologia das Rochas Ígneas e Metamórficas; Geoquímica e Isotópica e Geocronologia
Artur Oscar Lopes Matemático, Estatística e Computação	Análise Espectral de Séries Temporais; Teoria Ergódica

Izquierdo e a tarefa do esquecimento

O escritor e cientista argentino naturalizado brasileiro Ivan Antonio Izquierdo teve suas intensas atividades em pesquisa dos últimos quatro anos reconhecidas pela Fapergs. Um de seus trabalhos, em convênio com o Programa de Apoio a Grupos de Excelência (Pronex), denomina-se Plasticidade Celular e Comportamental. Ivan é um dos cientistas brasileiros mais divulgados fora do País, com 60 trabalhos publicados em revistas de todo o mundo em três anos. Além disso, neste período orientou 20 teses, oito delas defendidas até o momento. “A memória”, explica o pesquisador, “envolve alterações nos níveis e atividades de muitas moléculas, de maneira coordenada e sequencial em várias estruturas”. O trabalho de Ivan e sua equipe é estudar essas alterações e os efeitos de muitas drogas sobre este processo – são mais de 20 substâncias diferentes. Paralelo à sua atividade de cientista corre a do escritor. Difícil é saber onde e quando começou uma ou outra, e onde se tocam no dia-a-dia da pesquisa. Leitor de ficção – e amante da literatura – Ivan conheceu Jorge Luis Borges, o



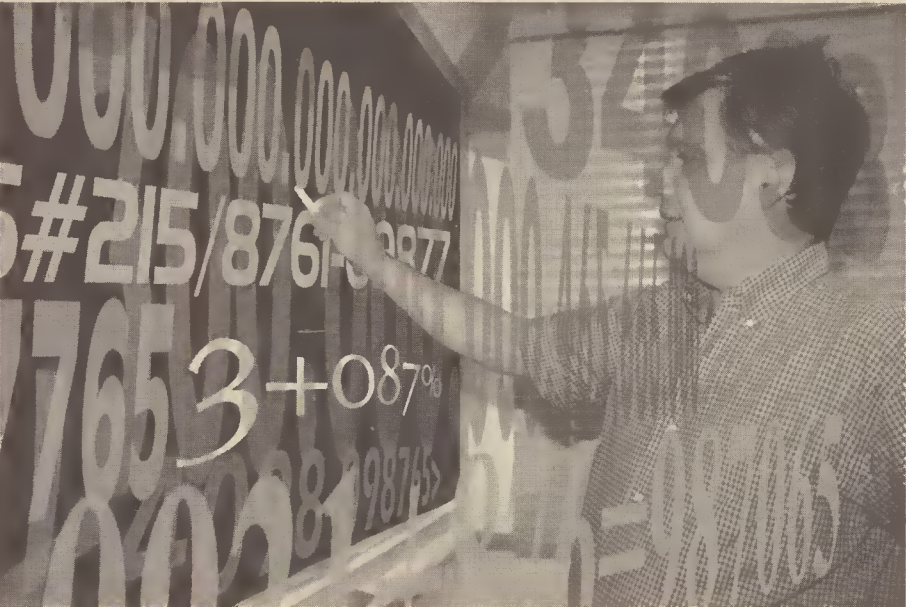
lendário escritor argentino criador de *Ficcões* e *O Aleph*, um dos escritores mais comentados e lidos da atualidade. Borges um dia criou *Fulmes*, o *Memorioso*, um conto que mostra, por vias indiretas, a importância vital do esquecimento. Fulmes, de uma hora para outra, começou a lem-

brar toda sua vida, nos mínimos detalhes, preenchendo todo o tempo possível na reconstrução do passado. Isso prova que sem esquecimento, não há espaço para a memória. “Ler Borges me impulsionou. Sou pesquisador por causa dele”, explica Ivan, que prepara um novo livro de contos.

Parceria vai beneficiar pesquisadores

Dia 23 de fevereiro, a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Wana Maria Panizzi, e o vice-presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Carlos Henrique Vasconcelos Horn, assinaram um protocolo de intenções para a formulação de estratégias socioeconômicas que visem à orientação, promoção e realização de investimentos e desenvolvimentos no Estado. A partir dele, alunos da Ufrgs em graduação ou pós-graduação poderão contar com bolsas financiadas pelo banco para pesquisas em temas de interesse comum. Junto com o protocolo, o banco firmou um acordo de cooperação técnica com a Fundação de Apoio da Ufrgs (Faurgs), para desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da universidade. Horn explicou que o objetivo é unificar capacidades técnicas para que o BRDE “tenha condições de realizar sua missão que é promover o desenvolvimento”.

Ufrgs e BRDE pretendem desenvolver atividades e projetos conjuntos, através de cooperações, intercâmbios e trabalhos de interesse comum. As metas das instituições são integrar as iniciativas voltadas às transformações socioeconômicas no Estado, desenvolvendo estudos e projetos de pesquisas, em especial os que tenham como objetivo estabelecer estratégias para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, buscar fontes de financiamentos para os projetos e identificar parcerias nacionais e internacionais.



19º CONGRESSO NACIONAL

Debate antecipa disputa pela sucessão na Andes-SN

Fotos Marco Weissheimer

O 19º Congresso da Andes, realizado de 21 a 26 de fevereiro, em Juiz de Fora (MG), foi marcado por uma acirrada disputa entre os delegados ligados à corrente Andes-AD e os delegados que apóiam a atual diretoria. O clima pré-eleitoral na entidade contaminou os debates e votações do congresso, que teve a participação de 353 delegados e 46 observadores, um número inferior ao do congresso anterior, realizado em Fortaleza (CE). Com a maioria dos delegados (cerca de 60%), a bancada de oposição conseguiu rejeitar a esmagadora maioria das propostas apresentadas pela diretoria.

Conjuntura

Na primeira plenária, sobre conjuntura nacional, a diretoria da Andes defendeu a ampliação do leque de alianças entre os diversos setores da esquerda e centro-esquerda, "com o objetivo de acumular forças na luta contra o projeto neoliberal do governo FHC". As linhas básicas destas propostas estão contidas no manifesto "Em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho", assinado por 115 personalidades ligadas ao meio artístico, político e cultural do Brasil. Na votação, a corrente Andes-AD rejeitou o conteúdo deste manifesto, criticando o espectro "demasiadamente largo" das alianças e a "postura conciliatória" das atuais direções do PT, da CUT e da Andes. Assim, os eixos de luta foram aprovados a partir de uma contribuição apresentada pela delegação da Adurn-SS (RN), que não constava do Caderno de Textos preparatórios ao Congresso. A maioria dos delegados ratificou o indicativo de greve das instituições de ensino superior para o mês de abril, conforme calendários apresentados pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF). Outro ponto polêmico foi a discussão das cotas de participação das mulheres nas eleições parlamentares. Já contemplada em vários tratados e convenções internacionais, inclusive das Nações Unidas (ONU), aprovada nas Conferências Internacionais do Cairo e de Pequim e ratificada pelo Congresso Nacional, partidos de esquerda e CUT, a política de cotas foi rejeitada pelo 19º Congresso da Andes.

Autonomia

No debate sobre a autonomia, tema da segunda plenária, a maioria dos delegados rejeitou a proposta de regulamentação defendida pela atual diretoria, consagrando a tese da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal. A proposta de piso e malha sala-



Plenária de abertura: 253 delegados participaram do 19º Congresso da Andes em Juiz de Fora, Minas Gerais

rial, elaborada pelo Grupo de Trabalho-Verbas e apresentada pela Adufop (Ouro Preto - MG), também foi derrotada. A proposta aprovada beneficia os docentes sem titulação em detrimento dos mais titulados. Professores que já iniciam a carreira com o título de doutor, por exemplo, entram como professores adjuntos.

A questão de gênero, raça e orientação sexual já havia causado polêmica no Congresso de Fortaleza, no ano passado, esta proposta vinha sendo colocada em pauta e rejeitada pela maioria dos delegados. Este ano, a Adufop enviou um texto ao 19º Congresso, defendendo a necessidade dos docentes do ensino superior enfrentarem a questão do preconceito e da exclusão social em suas múltiplas formas. Com o apoio de uma dissidência da corrente Andes-AD, a proposta de criação de um GT sobre Gênero, Etnia e Classe foi finalmente aprovada.

A criação de um Conselho Fiscal, proposta pela diretoria, também foi rejeitada. Hoje, quem exerce as funções de Conselho Fiscal é o Congresso Nacional de Associações Docentes (Conad). Os defensores da idéia argumentaram que a capacidade do Conad de verificar detalhadamente as contas do sindicato é pequena e insuficiente para uma apuração minuciosa das finanças. Todavia, os delegados identificados com o grupo oposicionista centraram fogo na prestação de contas de 1998, ainda não aprovada, e defenderam que o Conad deve continuar exercendo a atividade

de fiscalização.

A plenária de encerramento, prevista para iniciar às 17h do dia 26 de fevereiro, só foi instalada à noite e se estendeu pela madrugada. Como muitos delegados deixaram o Congresso antes do final (tinham passagens marcadas para retornar aos seus Estados), houve falta de quórum e a plenária final foi encerrada prematuramente às 7 horas da manhã. Assim, temas importantes, como a formação de um conselho editorial para o Informandes e outras questões organizativas e financeiras deixaram de ser apreciadas pelos delegados.

Duas chapas na disputa

As chapas que vão disputar a sucessão na Andes-SN (biênio 2000/2002) foram inscritas no encerramento do 19º Congresso Nacional e são compostas pelos seguintes professores:

Chapa 1 - "Andes para uma nova Universidade"

Integrada por Milton Muniz, da APUFSC, (Presidente), Fernando Arthur de Freitas Neves, da ADUFPA (Secretário geral) e Iedo Leite Fontes, da ADUFPB-JP, (1º tesoureiro)

Chapa 2 - "Andes - AD, Autônoma e democrática"

Integrada por Roberto Leheer, da ADUFRJ (Presidente), Edmundo Fernandes Dias, da Adunicamp, (Secretário geral) e José Domingues Godoi Filho, da ADUFMAT, (1º tesoureiro).

As eleições serão realizadas dias 23 e 24 de maio e a posse da nova diretoria está marcada para o dia 23 de junho.



Exaustão: plenária atravessa a noite e falta de quórum antecipa encerramento do Congresso

AUTONOMIA

Projeto de autonomia continua dividindo movimento docente

Desde que o governo federal recuou do seu projeto de implantação dos contratos de desenvolvimento institucional nas universidades federais, houve um refluxo no debate nacional sobre a autonomia. Mas se depender da diretoria da Andes-SN, o tema retornará à ordem do dia e, agora, não mais por iniciativa do Ministério da Educação (MEC), mas da própria comunidade universitária. Quem garante é o presidente da entidade, Renato de Oliveira, que considera o recuo do governo “uma volta à velha dinâmica de administração pontual das áreas de conflitos nas universidades, especialmente no que diz respeito ao orçamento”. Ainda que sujeita a cortes orçamentários, a perspectiva é de aumento na dotação de recursos para as universidades, “política reforçada pelos resultados do provão, que mostram alguns pontos de estrangulamento gritantes nas universidades federais, principalmente em matéria de equipamentos”, afirma Renato. “A gravidade da situação é reconhecida pelo próprio MEC, que liberou uma verba emergencial para a recuperação física das instalações das universidades mais comprometidas”, lembra. Para ele, a administração dos problemas de forma pontual mostra que o Ministério da Educação “abriu mão, pelo menos no horizonte visível, da formulação de projetos estratégicos globais para a universidade pública”.

Agente desagregador

A entrada em cena de um novo agente no espaço das universidades – o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MC&T) – também é destacada pelo presidente da Andes. Depois de superada a crise da desastrosa gestão do ex-ministro Bresser Pereira, o MC&T começa a reunir condições para implementar políticas concretas, beneficiado pelo aporte de recursos financeiros provenientes dos fundos constituídos a partir das privatizações nas áreas de energia, telecomunicações etc. Vinculados ao desenvolvimento tecnológico dos setores de origem, esses fundos devem ser absorvidos integralmente pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que poderá implementar políticas segundo suas prioridades. Considerando que a ideologia dominante no MC&T é avessa às universidades federais, o presidente da Andes alerta: “A maior possibilidade é de que o Ministério utilize estas verbas para retomar a cooptação de setores acadêmicos de ponta, que havia sido interrompida desde a última greve nacional em 1998”. Segundo ele, “a Ministério da Ciência e da Tecnologia não só não tem projeto para as universidades federais como, em sua política específica, acaba desagregando institucionalmente as universidades, através da cooptação de grupos isolados em seu interior. A situação é similar à do projeto dos grupos de excelência, só que sem uma formulação estratégica explícita. Ele acaba se implantando quase que naturalmente, através da disputa de recursos do MC&T”.

É sobre esta realidade que, na opinião de Renato de Oliveira, o movimento docente terá que se posicionar e definir diretrizes de atuação. “Do nosso ponto de vista, trata-se de afirmar a necessidade de preservar a integridade institucional das universidades, através da afirmação do seu caráter autônomo, buscando, para isso, reformular sua configuração jurídica, definir aquilo que chamamos de sistema nacional de universidades autônomas e garantir verbas públicas para o conjunto e não a grupos isolados”.

Neste cenário, Renato identifica alguns complicadores: “Um contingente numeroso (e poderoso) da comunidade universitária, formado por lideranças acadêmicas expressivas e grupos de ponta na área da pesquisa, precisa ser ganho para o nosso projeto de

autonomia universitária. Precisamos hegemonizar este debate”, desafia, acrescentando que “na época da greve, eles se aproximaram da problemática institucional da universidade, da qual já estavam afastados há algum tempo”. A iniciativa do MEC de encaminhar um projeto de autonomia alimentou a expectativa deste grupo em ver seus interesses inseridos num projeto mais global de universidade. Porém, o caráter do projeto e, recentemente, o recuo do MEC frustraram essa expectativa. “Se, agora, esses grupos recuarem para seus nichos de relacionamento privilegiado com a tecnoburocracia estatal, perderemos aliados absolutamente estratégicos na construção do nosso projeto de autonomia universitária”, atenta.

Apesar de derrotada no Congresso, Renato acredita que a proposta de estatuto para universidades autônomas pode sensibilizar setores ligados à instituição, dentro e fora dela. E avisa: “Pretendemos iniciar, este ano, uma série de mobilizações seguindo as diretrizes apontadas pelo Congresso, mas colocando a proposta da diretoria da Andes como um referencial para a discussão”.

Equívocos do MEC

Apesar de algumas manifestações do ministro da Educação, admitindo equívocos na condução da política do MEC, a situação é frustrante, melancólica “e caótica, se considerarmos também a política de contenção orçamentária do governo federal”, na opinião do presidente da Andes. O próprio Paulo Renato admitiu que a greve havia revelado uma nova realidade e que alguns de seus projetos e metas deveriam ser reformulados. “Chegou a dizer que nem tudo que é bom para as universidades paulistas é bom para as universidades federais”, lembra Renato, que considera positiva essa atitude de reconhecimento de equívocos. “Afirmávamos



Autonomia: maioria dos delegados rejeitou modelo jurídico proposto pela diretoria da Andes

que a primeira fase da gestão de Paulo Renato, no que diz respeito às universidades, tinha sido uma nulidade, mas que ele tinha condições de rever sua posição e recuperar o tempo perdido.” Renato lamenta, porém, que essa expectativa tenha sido frustrada, “também pelas trapalhadas, equívocos e pelo conteúdo francamente reacionário das propostas que foram colocadas em nome da autonomia universitária”.

Legitimidade questionada

O resultado do 19º Congresso não surpreendeu o presidente da Andes. Ele aponta “o processo de enrijecimento de mecanismos internos de discussão e de deliberação da entidade” como responsável pela perda de sua capacidade de exercer a representação dos professores de ensino superior. “Não podemos esconder o fato de que uma assembleia com 15 professores, em uma universidade com mais de mil docentes, possui uma legitimidade muito relativa para falar em nome deles”. Renato considera necessário que o movimento sindical desenvolva mecanismos de participação que se somem aos tradicionais. “A informática possibilita novas formas de diálogo, de discussão, de transmissão de idéias, que não são utilizadas conscientemente, pois grande parte das direções de ADs e de militantes do movimento docente se opõe a isso”, comenta.

Renato lamenta que a maioria dos delegados tenha rejeitado mediar suas posições mais radicais, com a sensibilidade média do conjunto do professorado. “O congresso, com delegados escolhidos em assembleias com participação reduzida, julga-se no direito de ser o porta-voz da verdade, afirmando em alto e bom som as bandeiras do único partido de oposição de esquerda (PSTU) que não se soma ao propósito de construir uma frente ampla de oposição, mas que também se apresenta como capaz de construir uma alternativa política para o País. O congresso se comporta, através da maioria dos seus delegados, como se essa alternativa já estivesse dada. Seria a luta sem tréguas pelo socialismo. Apesar das manifestações da maioria do congresso, não me parece que essa seja a opinião majoritária dos professores.” Para o presidente da Andes, “corremos o risco de aprovar propostas que afastam a nossa entidade da vida real das universidades, do debate político concreto da sociedade brasileira”. Mas ressalva: “Nada do que foi aprovado em Juiz de Fora é camisa-de-força para a diretoria da Andes. Temos capacidade e legitimidade para, a partir das consignas aprovadas no Congresso, desenvolver uma prática política própria que faça avançar o debate”.



Renato de Oliveira: “Nada do que foi aprovado em Juiz de Fora é camisa-de-força para a diretoria da Andes”

SAÚDE

Adufrgs participa da 3ª Conferência de Saúde

A conselheira suplente representante da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Adufrgs) no Conselho Municipal de Saúde (CMS), Marilene Schmarczek, convida os associados da entidade a participarem das pré-conferências à 3ª Conferência Municipal de Saúde. O evento será realizado de 11 a 13 de maio na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). "A Adufrgs será um dos representantes dos usuários. É muito importante a participação dos associados", afirma Marilene.

Das pré-conferências saem os delegados que terão direito a voto na Conferência Municipal, juntamente com os membros do CMS (delegados natos). Quem participar da conferência poderá, ainda, ajudar na elaboração de uma carta para o Congresso da Cidade, abordando propostas de saúde no evento organizado pela Prefeitura de Porto Alegre. "Para se inscrever, os professores devem pegar suas credenciais junto a Adufrgs e entrar em contato com o

CMS para se informar sobre a região a que pertencem", explica Marilene. Os delegados votarão na região em que residem. Os telefones da CMS são (51) 228.0203 ou 216.8860. O prazo para inscrições começa dia 20 de março e se encerra cinco dias antes do início de cada pré-conferência. Confira a região e as datas das pré-conferências, no quadro ao lado.



Marilene Schmarczek: "É importante a participação dos associados"

REGIÃO

Norte - Eixo Baltazar, Sarandi, Rubem Berta, Jardim Lindóia, Boa Vista, Chácara das Pedras, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim São Pedro, Passo da Areia, Santa Maria Goretti, São Sebastião, Três Figueiras, Vila Floresta, Vila Ipiranga, Jardim Itu Sabará, Jardim do Salso, Vila Jardim, Jardim Carvalho, Bom Jesus, Protásio Alves

Sul e Centro-sul - Pedra Redonda, Ipanema, Vila Nova, Vila Conceição, Vila Assunção, Tristeza, Ponta Grossa, Nonoai, Guarujá, Aberta dos Morros, Espírito Santo, Cristal, Cavallhada, Camaquã, Belém Velho, Serrana e Hípica

Leste e Nordeste - Passo das Pedras, Sarandi, Protásio Alves, Jardim Itu Sabará e Rubem Berta

Lomba do Pinheiro e Partenon - Medianeira, Vila João Pessoa, Vila São José, Partenon, Aparício Borges, Santo Antônio, Agronomia e Lomba do Pinheiro

Glória, Cruzeiro e Cristal - Glória, Teresópolis, Santo Antônio, Santa Teresa, Partenon, Medianeira, Cristal, Cascata, Belém Velho, Azenha, Aparício Borges e Nonoai

Humaitá, Navegantes, Ilhas, Noroeste - Anchieta, Farrapos, Floresta, Humaitá, Ilhas, Marcílio Dias, Navegantes e São Geraldo

Restinga e Extremo Sul - Belém Novo, Ponta Grossa, Lami, Lajeado, Belém Velho e Chapéu do Sol

Centro - Cidade Baixa, Marcílio Dias, Santana, Santa Cecília, Rio Branco, Praia de Belas, Petrópolis, Mont Serrat, Moinhos de Vento, Menino Deus, Independência, Centro, Bom Fim, Bela Vista, Azenha, Auxiliadora, Jardim Botânico e Farroupilha

DATA E LOCAL

08/04 no Centro Vida. Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, 2.132

08/04 no Cecopam. Rua Arroio Grande, 50, Cavallhada

15/04 na Escola Antão de Farias. Rua Bom Jesus, 505

15/04 na Igreja dos Franciscanos. Estrada João de Oliveira Remião, 4444, parada 10

15/04 na Câmara de Vereadores. Avenida Loureiro da Silva, 255

16/04 na Câmara de Vereadores. Avenida Loureiro da Silva, 255

29/04 na Escola Vereador Carlos Pessoa de Brum. Rua Abolição, s/nº, Restinga

29/04 na Câmara de Vereadores. Avenida Loureiro da Silva, 255

EDUCAÇÃO

Públicas têm mais espaço no CNE

Patrimônio

Países como a Índia e Cuba têm seu maior capital no patrimônio cultural e acadêmico que construíram e mantêm, pois é esse que, a despeito da fragilidade de seus respectivos sistemas econômicos, garante suas capacidades para pensar autonomamente seu futuro. A razão disso tudo é que, no mundo contemporâneo, só existe uma instituição capaz de realizar articuladamente as tarefas de fortalecer os sistemas nacionais de decisão e de possibilitar ao maior número possível de indivíduos a plena participação no sistema social: a Universidade.

Loteria

Do ponto de vista do papel da Universidade enquanto fator de mobilidade social, a situação brasileira é desesperadora. A taxa líquida de estudantes de ensino superior no Brasil (número de estudantes dividido pela população entre 18 e 24 anos) é inferior a 7%, enquanto que no Canadá, por exemplo, aproxima-se dos 70%. A continuarem as tendências atuais de expansão do número de formandos na rede de ensino médio e de expansão do número de vagas no ensino superior, em 2004, dos cerca de 12 milhões de jovens que disputarão uma vaga nas universidades, mais de 11 milhões ficarão de fora. O que resultará, social e politicamente falando, da frustração desse imenso contingente da população, que aumentará ano após ano? Até quando valerá entre nós a demagogia de que antes do ensino superior precisamos resolver o problema do ensino fundamental e médio? Será um "rei do ensino privado" que nos livrará da catástrofe embutida nestes dados?

Extraído do Caderno de Texto do 19º Congresso Nacional da Andes
Texto de Apoio (15) da Diretoria da Andes

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, no último dia 3, os nomes dos 12 novos membros do Conselho Nacional de Educação (CNE). A principal mudança ocorreu na Câmara de Educação Superior, onde os representantes de universidades públicas conseguiram maior representatividade. Na composição anterior, metade dos 12 membros representava o ensino público e cinco do particular. De acordo com o presidente do CNE, Éfrem Maranhão, o objetivo das mudanças é "garantir a independência para discutir a qualidade do ensino superior". "É preciso expandir o ensino superior, mas sem esquecer a qualidade. É mais importante fechar uma faculdade ruim do que abrir uma boa", disse. A escolha dos novos conselheiros ocorre no momento em que o CNE passa pela maior crise desde que foi criado, em dezembro de 1995. O conselho sofre com acusações de falta de independência dos conselheiros e suspeitas de falsificação de pareceres para a abertura de cursos.

Para Maranhão, a nova composição do conselho pode evitar novos escândalos e fortalecer os pareceres emitidos sobre a criação de novos cursos. Dos 12 membros da Câmara de Educação Superior, seis tiveram o mandato encerrado no final de fevereiro. Desses, quatro foram reconduzidos ao cargo: Éfrem Maranhão, Eunice Durham, José Carlos Almeida e Lauro Zimmer. Outros dois foram nomeados ontem:

Vilma de Mendonça Figueiredo, professora da Universidade de Brasília (UNB), e Francisco César de Sá Barreto, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A nomeação de Sá Barreto desagradou entidades de reitores, como a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras (Crub). Mesmo sendo reitor, Sá Barreto foi indicado para o cargo pela Academia Brasileira de Ciências. O candidato das associações de reitores era Felipe Serpa, reitor da Universidade Federal da Bahia. "O nome preferido dos reitores era o Serpa, que tem um excelente currículo e iria contribuir muito para o desenvolvimento do ensino superior", afirmou Rodolfo Pinto da Luz, presidente da Andifes. "O Sá Barreto não representa os reitores, mas foi uma decisão do presidente, que não podemos contestar". Os membros do CNE são escolhidos pelo presidente da República a partir de uma lista de indicações de 41 entidades.

O presidente da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior-Sindicato Nacional (Andes-SN), Renato de Oliveira, disse que o fato de quatro conselheiros da Câmara de Educação Superior terem sido reeleitos no CNE aponta uma tendência conservadora do conselho. "São pessoas que mantêm uma identificação com a atual política do MEC, o que dificulta a tarefa de enfrentar a expansão desordenada do ensino privado".



Tropeçando em "ismos"

Diderot visita o complicado mundo contemporâneo

Robert Darnton*

Todos nós temos lá nossas fantasias escapistas. O grande truque está em localizá-las no lugar certo: na Riviera, em Bali, na cozinha da casa da mamãe ou onde lhe parecer melhor. Quando me pohno a fantasiar, fujo para os Champs Elisées e começo a conversar com

Diderot, que adora ter um cientista social vanguardista, futurista e pós-moderno com quem dialogar. Entretanto, ele tem certa dificuldade para entender o que poderia vir a ser um "cientista social". Ofereci-me para lhe dar uma explicação:

Eu - Monsieur Diderot, o senhor mesmo poderia ser chamado de cientista social, não fosse pelo fato de ter vivido na idade das trevas epistemológicas. Por isso o senhor se batia pelo Iluminismo.

Ele - Idade das trevas? Mas eu lia tanto Condillac quanto Aristóteles. Tentei reunir todo o conhecimento numa só obra, a "Encyclopédie".

Eu - Mas o senhor não leu Kant, que pôs as idéias em seu devido lugar depois que Condillac as expulsara. O senhor também não leu Wittgenstein, que deu fim às categorias de Kant, e nem Chomsky, que as restaurou sob o nome de "estruturas profundas". Hoje em dia sabemos que "pensamento" é "discurso", e que este é feito de "jogos de linguagem".

Ele - Jogos? Eu gostava de jogar damas com Rousseau no Café de la Régence, mas como isso pode ser conhecimento? E o que é "discurso"? O mesmo que "diálogo"?

Eu - Não exatamente. O senhor escreveu excelentes diálogos, mas não havia lido Bakhtin, de modo que não sabia ser dialógico.

Ele - "Lógico" eu sei o que é...mas "dialógico"?

Eu - É uma questão de não apenas ler os textos, mas de deixar que eles o interroguem. Eles falam e nós recuperamos vozes perdidas. Mas não poderíamos esperar que você captasse subtextos sem ter lido Derrida.

Ele - Admito que estou confuso. Como poderia um texto falar?

Eu - Em sobretons e subtons ou, se preferir, em subcorrentes. Parte do texto o arrasta para um lado, e então uma outra corrente o leva para o outro. O enredo dirige-se para certas conclusões que a retórica vem bloquear. A força ilocucionária desfaz a perlocucionária...

Ele - Perlocucionária? Ilocucionária? Trata-se de algo como graça suficiente e eficaz?

Eu - Perdão, esqueci-me que o senhor não leu Austin: o senhor não sabe Fazer Coisas com Palavras.

Ele - Bem, organizei um dicionário. Mas eu o chamei de



Mario Guerreiro

Dictionnaire Raisonné ou Encyclopédie, isto é, uma obra que organizava o conhecimento de acordo com uma ordem racional e que abrangia todo o conhecimento humano.

Eu - Nada mal para aquela época, Monsieur Diderot. Mas agora sabemos mais coisas e temos mais enciclopédias. A melhor, decerto, é a Enciclopédia Chinesa, imaginada por Borges e comentada por Foucault.

Ele - Foucault? O intendente de Caen?

Eu - Não, o filósofo Foucault, o filósofo do século 20, o homem que mostrou como nós oprimimos os insanos quando os liberamos de suas correntes e que expôs a construção discursiva da sexualidade.

Ele - Sexo? Ele leu meu "Sonho de d'Alembert"? Ele entendeu meu "Suplemento à Viagem de Bougainville"?

Eu - Receio que é o senhor que não está entendendo bem, ainda que a culpa não seja sua: o senhor não havia lido Freud ou Lacan. O senhor não sabia que todo garoto quer matar seu pai para poder ir para a cama com a mãe.

Ele - Mas eu discuti exatamente esse tema n' "O Sobrinho de Rameau". Cheguei ao sexo por meio do diálogo.

Eu - É verdade, mas o senhor não chegou a fazer a distinção entre sexo e gênero. O senhor achava que os homens eram homens e as mulheres, mulheres. Mas nós sabemos que homens podem se transformar em mulheres, e vice-versa.

Ele - Você está falando do abade de Choisy? Ele tinha o melhor guarda-roupa de vestidos de Paris e Madame de La Fayette o achava encantador.

Eu - É verdade, o abade de Choisy foi o maior francês do século, com a possível exceção do Chevalier d'Eon, que derrotava qualquer desafiante quando duelava de vestido. Mas grandeza supõe algo mais que transformismo, supõe uma transformação, uma auto-estilização. Um homem biológico pode se tornar uma mulher em gênero ou, melhor ainda, aspirar à androginia, como nossos ídolos Michael Jackson, Mick Jagger, Boy George. Eles atingiram uma grandeza que não se imagina no sonho de d'Alembert, e o fizeram sem cair no sexismo ou no essencialismo.

Ele - Esses pecados soam terríveis. Eles têm alguma relação com molinismo e jansenismo, que causaram tanto estrago nos meus dias? Vocês têm tantos "ismos".

Eu - Precisávamos deles para fazer a virada linguística. Foi assim que aprendemos a construir discursivamente a realidade. Por exemplo: bastou denunciarmos com estridência o chauvinismo masculino para os homens pararem de olhar por debaixo dos vestidos das mulheres. As mulheres são livres.

Ele - Mas nada é mais doce que uma "belle gorge". Os sexos não são livres para se admirarem livremente?

Eu - Claro que não. Isso seria intrusivo; e pelo seu tom de voz, percebo que o senhor está me excluindo. Nós nos libertamos lendo Marcuse e rejeitando a tolerância repressiva que Voltaire impôs à Europa Ocidental na década de 1760. Então lemos Said e nos pusemos a libertar o resto do mundo varrendo o Orientalismo. Em 1993 conseguimos até impedir uma montagem do "Mahomet", de Voltaire, em Genebra.

Ele - Rousseau teria adorado isso. Mas ele jamais entendeu a liberdade, estava sempre confundindo-a com virtude. "E que tal ser livre para gozar as boas coisas da vida?", eu costumava lhe dizer, "Porventura crês que, por seres virtuoso, acabar-se-ão a cerveja e os bolos?"

Eu - Isso me parece familiar. O senhor leu isso em algum lugar? Genette, talvez? Ou Todorov?

Ele - Não. Shakespeare, "Noite de Reis", ato 2, cena 3.

*Historiador e professor da Universidade de Princeton. Artigo publicado na Folha de S. Paulo, em 19/11/95. Tradução de Samuel Titan JR.

ORELHA



Júri na Fronteira

Pedro de Azevedo

O cômico jurídico em romance que retrata o jogo de interesses nos bastidores dos tribunais através de verdadeiras aulas práticas sobre o ofício de um advogado criminalista. Editora Age. 141p.

Francisco, o pássaro e o milagre

Ivan Izquierdo

Livro de contos que revela a verdadeira paixão de um dos cientistas brasileiros mais citados no exterior: a literatura. Editora Uniprom.

As brasas

Sándor Márai

Novela proibida na Hungria até 1990 depois da queda do regime comunista quando Sándor Márai foi redescoberto como um dos maiores escritores húngaros. Companhia das Letras. 172p.



HEMEROTECA

Jornais Diários

Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

WWW

Assessoria Parlamentar

☒ www.diap.org.br
Informações e análise de projetos apreciados pelo Congresso Nacional

Estatísticas

☒ www.dieese.org.br
Informações e análise de temas de interesse dos trabalhadores

AD NAUSEAM



Mario Guerreiro

Jogo de cintura

Ciência e Tecnologia: Quem não investe é o setor privado

"Há pouca clareza sobre o que, no nosso entender, é a problemática do tema ciência e tecnologia numa região periférica como o Brasil. Comparado a outros países, como a Coréia, o governo brasileiro até que não investe pouco, em termos de PIB, em ciência e tecnologia. O grande problema brasileiro é que o setor privado não investe. E não investe por uma questão estrutural do capitalismo periférico". O diagnóstico é do professor Renato Dagnino, da Unicamp, coordenador do Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia da Andes, que questiona os setores que consideram a crise da pesquisa no Brasil simplesmente como um problema de falta de investimentos por parte do governo.

Marco Aurélio Weissheimer

AD verso - Como o senhor define a problemática da C&T no Brasil?

Renato Dagnino - No documento apresentado no Caderno de Textos do 19º Congresso da Andes, faço um balanço das atividades de 1999, apresentando as dificuldades enfrentadas e aquilo que conseguimos fazer de positivo. Neste Caderno de Textos apareceu uma contribuição da Adufep e uma outra da UFRJ. A leitura destas contribuições mostra que há pouca clareza sobre o que, no nosso entender, é a problemática do tema ciência e tecnologia numa região periférica como é o Brasil. Predomina um linguajar marxista, com a utilização de alguns conceitos de teoria econômica, como "bolha financeira", "desestabilização da mudança tecnológica" etc. e apresentam-se certas teses que já foram refutadas há muito tempo, embora sejam hipóteses ainda muito caras a uma certa parcela da nossa academia.

"O consumismo exacerbado e o obsoletismo planejado é o casamento que motoriza o desenvolvimento tecnológico"

Cito um exemplo: a motivação exploradora da atual introdução de novas tecnologias evidencia-se na mobilidade do capital para regiões que oferecem mão-de-obra barata. A mobilidade do capital, desde a década de 60, se dá no mundo inteiro não em função da mão-de-obra barata. Hoje, cada vez mais, se observarmos os fluxos de capital internacional, seja ele capital produtivo ou financeiro, veremos que ele se dá principalmente entre os países da tríade. Não é segredo para ninguém que a América Latina e as demais regiões periféricas, são cada vez menos importantes para a acumulação capitalista em nível mundial. Então, uma coisa que lá nas décadas de 50 e 60 tinha sentido denunciar, não é mais um fator determinante.

Adverso - Quais são, então, os fatores determinantes?

Renato Dagnino - O que eu queria discutir mesmo é a seguinte proposição apresentada neste congresso da Andes: "defender a aplicação imediata de 3% do PIB em ciência e tecnologia". Acho que esta proposta evidencia a falta de conhecimento sobre a área. Fala-

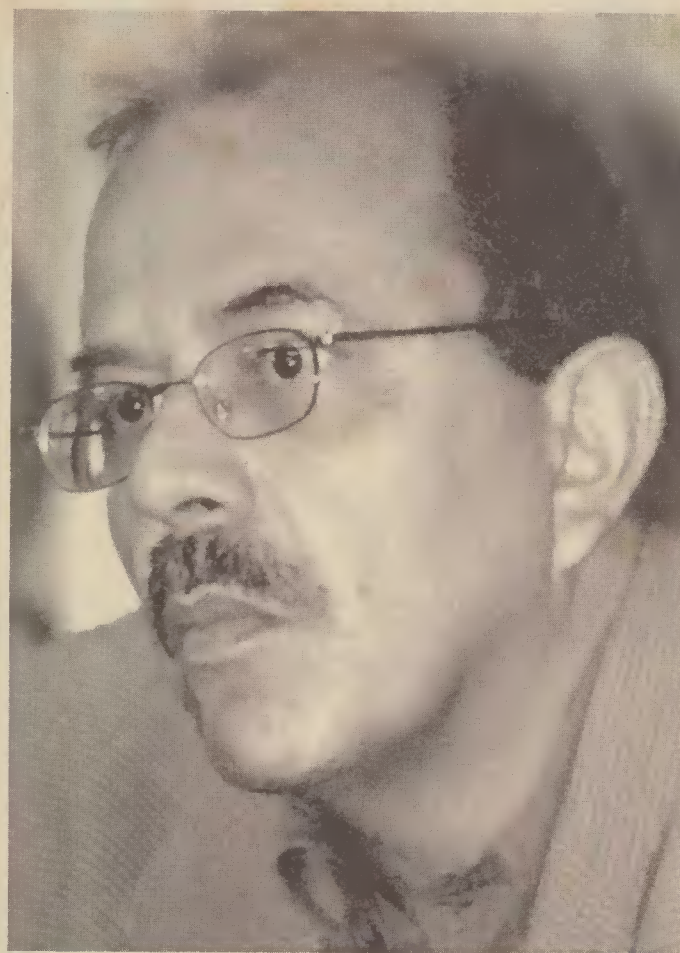
se muito que o Brasil investe pouco em ciência e tecnologia. Num certo sentido, isso é verdade. Se você pegar o gasto brasileiro na área, ele anda em torno de 1% do PIB, com origem no setor público e privado. A respeito deste ponto, vamos comparar o que acontece na Coréia e no Brasil. Aqui, o investimento público em C&T é de 0,9% do PIB, enquanto o investimento privado é de mais ou menos 0,1%. Na Coréia é um pouco menos, mas vamos dizer que se gasta 3% do PIB em C&T. Deste total, 30% vêm do setor público e os outros 70% vêm do setor privado. Ou seja, na Coréia, o gasto privado com C&T é de aproximadamente 2,1% do PIB, o que deixa 0,9% do PIB para o setor público. A conclusão que chegamos através desta comparação é que o gasto público em pesquisa na área de C&T é praticamente o mesmo na Coréia e no Brasil.

O grande problema brasileiro é que o setor privado não investe. E não investe por uma questão estrutural do capitalismo periférico. Um país que importa tecnologia, e cujas empresas estão inseridas numa lógica de transferência de capital produtivo controlada pelas multinacionais, só pode não desenvolver tecnologia no setor privado. Essa é a questão fundamental.

Adverso - O que impulsiona o desenvolvimento tecnológico hoje?

Renato Dagnino - Se conseguíssemos que o governo aumentasse a dotação orçamentária para C&T, o que faríamos com esse dinheiro? Uma das coisas que temos dito, em várias oportunidades, é que a dinâmica de exploração da fronteira do conhecimento em nível mundial é dominada pelas grandes potências. As 20 empresas que mais gastam em pesquisa, gastam tanto quanto a Inglaterra e a França, países que, junto com outros cinco, investem cerca de 90% do que se gasta no mundo em pesquisa. Através destas pesquisas, as empresas satisfazem as necessidades das classes ricas dos países ricos. É a demanda destas classes que alavanca o desenvolvimento tecnológico. Todo ano, os norte-americanos vão ao mercado para trocar seu laptop, seu automóvel etc. Une-se a isso o consumismo exacerbado e o obsoletismo planejado. Este casamento é que motoriza o desenvolvimento tecnológico.

Nós aqui no Brasil ainda não percebemos isso e continuamos tentando replicar um padrão de fazer ciência, que pertence à lógica de funcionamento dos países avançados. A nossa comunidade científica continua se pautando por critérios de "qualidade" exógenos, sem perceber que tais critérios são determinados por uma teia de relações sociais característica dos países ricos. Hoje os atores sociais enviam um sinal de relevância para a comunidade científica, não de qualidade. A qualidade é construída em cima da relevância. A qualidade resultante da pesquisa científica nos países



Dagnino: É a demanda das classes ricas que alavanca o desenvolvimento tecnológico

avançados é algo que relevante para suas comunidades, funcional para seu sistema econômico e social.

Adverso - E qual o papel da Universidade neste processo?

Renato Dagnino - Se queremos de fato mudar o Brasil, devemos nos perguntar que tipo de pesquisa deve ser feita na Universidade. Existe uma crença muito arraigada no nosso imaginário coletivo que diz que a Universidade é boa, que quem faz pesquisa está contribuindo para o avanço da ciência, que a pesquisa é uma coisa boa em si mesma. Nos EUA, cerca de 70% dos doutores que se formam vão fazer pesquisa em empresas privadas. Eles foram formados em pesquisa porque as empresas precisam de pesquisadores para tocar o capitalismo para frente. Eu não conheço nenhum doutor, formado no Brasil, que esteja fazendo pesquisa em empresa privada nacional. Há algumas empresas na área de biotecnologia que parecem estar começando a fazer algo neste sentido. Mas é infinitamente pouco.

"Hoje, os atores sociais enviam um sinal de relevância para a comunidade científica, não de qualidade. A qualidade é construída em cima da relevância"

Precisamos elaborar uma política que sirva para este Brasil que nós queremos. Mas fazer isso é muito difícil. Se a sociedade não emite um sinal de relevância, é preciso simulá-lo. Fazer política de C&T a sério no Brasil é muito mais difícil do que nos países avançados. Uma política de esquerda teria que partir de um convencimento da comunidade científica que, em sua maioria, é de esquerda. Esta ação de convencimento, de discussão é, em si mesma, uma meta de política científica e tecnológica. Boa parte do recurso que se gasta atualmente em C&T deveria ser gasto para fomentar este debate.

✱